

“Femininas e Bolsogatas”: conservadorismo e adesão de mulheres ao bolsonarismo

Nicole Brito de Sena¹, Jakson Alves de Aquino² -Universidade Federal do Ceará

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o comportamento político das mulheres bolsonaristas. Mesmo sabendo pelas pesquisas eleitorais que o eleitorado bolsonarista é predominantemente masculino, é possível encontrar um número significativo de mulheres partidárias do então presidente. Assim, buscou-se compreender os motivos pelos quais tais mulheres apoiam o presidente, ainda que sua associação com o machismo seja amplamente conhecida. Para investigar o apoio feminino a Bolsonaro, foram utilizadas fontes da teoria política feminista. Além disso, aplicamos um questionário online com várias perguntas sobre questões de gênero. Os resultados da análise dos dados mostram que as mulheres bolsonaristas são contra o aborto, o feminismo, a chamada ideologia de gênero e a educação sexual. Além disso, mulheres que são contra a prática de contratar pessoas trans, veicular anúncios para casais do mesmo sexo e a política de cotas femininas apresentaram maior propensão de ter votado em Bolsonaro. Também encontramos o conservadorismo de gênero e a idade como as principais explicações para o voto feminino em Bolsonaro. O conservadorismo em relação ao gênero, por sua vez, pode ser explicado, sobretudo, pela frequência às igrejas evangélicas, seguida pela crença na importância da Bíblia e a idade.

Palavras-chave: conservadorismo; mulheres bolsonaristas; gênero.

Abstract

This paper aims to analyze the political behavior of Bolsonaroist women. Even knowing from electoral polls that the Bolsonaroist electorate is predominantly male, a significant number of women supporters of the president can be found. Hence, we sought to understand the reasons why such women support the president, even though his association with machismo is widely known. To investigate female support for Bolsonaro, sources from feminist political theory were used. Moreover, we administered an online questionnaire with many questions on gender issues. The results of the data analysis show that Bolsonaroist women are against abortion, feminism, the so-called gender ideology and sex education. In addition, women who are against the practice of hiring trans people, running ads for same-sex couples, and the policy of female quotas were likely to vote for Bolsonaro. It was also seen that gender conservatism and age were the main explanations to female vote for Bolsonaro. Conservatism in relation to gender can be explained, above all, by attendance at evangelical churches, followed by belief in the importance of the Bible and age.

Keywords: conservatism; Bolsanarist women; gender.

¹ Aluna do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará.

² Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará.

1. Introdução

Tendo Jair Bolsonaro como figura máxima, o fenômeno do bolsonarismo intensificou movimentos ideológicos conservadores, sobretudo em relação a elementos relacionados a gênero. O atual presidente se apresentou como aquele que restituiria a legitimidade política e, principalmente, recuperaria os valores cristãos da família brasileira. Nesse sentido, o bolsonarismo vai para além da personalidade de Jair Bolsonaro e pode ser entendido como um fenômeno político que defende a volta de valores tradicionais, sendo altamente contrário a tudo aquilo que esteja minimamente relacionado à esquerda e ao progressismo (FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2019). Pautas relacionadas, por exemplo, à diversidade sexual e de gênero, legalização do aborto, políticas públicas de maior inserção das mulheres nos espaços políticos e ampliação dos direitos reprodutivos são, cada vez mais, vistas como ameaças pelo amplo eleitorado bolsonarista. Segundo Rocha (2021), a expressão brasileira do bolsonarismo se expressa por uma guerra cultural, em que se observou seu crescimento na reorganização da direita a partir dos anos 80. O autor também concorda que o bolsonarismo é um movimento que transcende, antecipa e supera a figura de Bolsonaro. Dessa forma, podemos perceber os efeitos do bolsonarismo após as eleições de 2022, em que, apesar da derrota do ex-presidente, as práticas desse movimento reverberam e tensionam a política institucional atual. Por exemplo, presenciamos o ataque violento ao Estado Democrático de Direito no dia 8 de janeiro de 2023, em que criminosos depredaram a sede dos Três Poderes, em Brasília, como forma de “protesto” ao resultado das eleições de 2022.

As pesquisas eleitorais indicavam que o público majoritário apoiador de Bolsonaro era masculino, mas havia um número considerável de mulheres que defendiam o então presidente brasileiro. Sabendo que, na mídia, por exemplo, são veiculadas notícias que relacionam as convicções bolsonaristas com o machismo, por que, ainda

assim, algumas mulheres estão convictas de que o presidente as representa? As questões de gênero influenciam fortemente uma mulher a votar em Bolsonaro? Qual o comportamento político das mulheres apoiadoras de Jair Bolsonaro? Essas são algumas questões centrais que o presente trabalho pretende explicar.

Segundo Pinheiro-Machado (2019), em momentos de retrocesso, no patriarcado, um homem que está em crise de identidade é reacionário e identifica o progresso das mulheres como uma ameaça. Nesse sentido, o que se percebe na sociedade brasileira, no que se refere aos papéis de gênero, é que mulheres estão, cada vez mais, conquistando espaços que antes eram destinados apenas aos homens. Porém, tais conquistas são acompanhadas por ataques conservadores, a exemplo da Lei 11.159, sancionada pela Câmara Municipal de Fortaleza, que institui a “Semana pela Vida”, a qual tem entre suas atividades campanhas com a intenção de conscientizar sobre os malefícios do uso de anticoncepcionais.

Embora haja uma maior representação feminina em cargos políticos, em parte devido à recente criação de cotas na esfera parlamentar, a desigualdade de gênero persiste, sobretudo, quando pensamos em quais atividades políticas tais mulheres ocupam. Isso se traduz em uma concepção que reduz as vivências das mulheres e que revela uma expressão política maternal, que parece perpetuar a divisão do trabalho político, segregando as mulheres em seu nicho próprio e colocando os homens em tarefas que são mais prestigiadas socialmente (MIGUEL, 2001), evidenciando o grande impasse entre gênero e política, em que ainda são notadas práticas desiguais de gênero. É possível o interesse em obter vantagens pessoais como uma explicação para parte dos homens apoiarem a persistência desse modo estereotipado e hierárquico das relações de gênero. Entretanto, quando se têm mulheres que defendem o mesmo sistema, estamos diante de um fenômeno que requer respostas mais complexas. Nesse sentido, o presente trabalho busca lançar luz sobre esse embate no campo da política brasileira conservadora.

Oliveira et al. (2018) mostram que um dos perfis do eleitorado bolsonarista se refere às “femininas e bolsogatas – mulheres ‘empoderadas’ para além do ‘mimimi’”. O presente trabalho se concentra nesse grupo, o qual é constituído por ‘mulheres da direita’, de classe média, que defendem uma interpretação específica de crescimento individual (OLIVEIRA et al., 2018). Em uma análise de perfil sobre uma rede de mulheres do Leblon que votou em Bolsonaro para presidente, Pinheiro-Machado (2019) identifica falso nacionalismo, adesão a uma ideia reducionista de família e antifeminismo como proteção à beleza e a feminilidade como elementos centrais desse grupo. Nesse sentido, o feminismo é entendido como algo antifeminino e que se relaciona com a antiga ameaça à família tradicional (PINHEIRO-MACHADO, 2019).

As pesquisas que trazem a relação entre gênero e governo Bolsonaro, como em Karczeski (2018), Chaise e Freitas (2019), Bachi (2020), Aguiar e Pereira (2019), Schwinn e Funck (2019), seguiram uma metodologia qualitativa sobre os discursos do então presidente Bolsonaro relacionado ao machismo, realizando ou análises de discursos ou de conteúdo em redes sociais. Os resultados de tais pesquisas associam o machismo ao então presidente e permitem a formulação de diversas hipóteses. Neste trabalho, pretende-se, seguindo uma abordagem quantitativa, testar algumas dessas hipóteses.

2. A cultura machista velada em práticas sociais

A recente criação de cotas no campo político destinadas às mulheres contribuiu para uma maior representação feminina nos espaços de poder na esfera política brasileira. A política de cotas, dentre outras, como a criação dos Mecanismos Institucionais de Mulheres (MIMs)

ou Organismos de Políticas para Mulheres (OPMs), do Lobby do Batom, em 1988, a participação feminina na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, em 2002, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2003, foram estratégias de despatriarcalização do Estado brasileiro (MATOS; PARADIS, 2014).³ A Fundação Perseu Abramo (2010) demonstra haver uma maior valorização feminina da política, uma vez que foi coletado que, em 2010, 80% das entrevistadas corroboram a relevância da política em relação a 70% em 2001. Nesse sentido, o incentivo à participação feminina influencia na percepção sobre o campo da política, pois elas têm mais acesso e oportunidades de atuar na agenda política.

Embora existam avanços no âmbito político, as mudanças necessárias para o surgimento de um espaço equiparado entre homens e mulheres sofrem resistência de uma cultura machista por vezes velada e silenciosa e por vezes explícita dentro da esfera privada. Segundo Biroli (2018), para a atuação de mulheres no campo público, são colocados filtros que estão relacionados aos deveres que são impostos às mulheres na esfera privada e à concepção de significados do feminino que ainda carregam vinculação com a ideia de domesticidade. Dessa forma, no espaço privado, há uma legitimação de um patriarcado na própria concepção do que é “ser mulher”. Na esfera pessoal, os papéis de gênero são concretizados por esses valores que dizem respeito à lógica patriarcal.

Além disso, a divisão sexual do trabalho se constitui como outra expressão do machismo, com o trabalho doméstico sendo imaginado como uma atribuição tipicamente destinada à mulher. Nesse sentido, o campo público pode ser entendido como uma reverberação desse campo privado, e vice-versa, no qual as relações de gênero

³ Matos e Paradis (2014) elencam outras estratégias de despatriarcalização do Estado brasileiro, como a participação feminina no processo de Beijing, em 1994/95, e no Fórum Social Mundial, em 2002, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2003, e da Plataforma Política Feminista, em 2004, a realização das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPMS), produção e aprovação dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPMS), ambos em 2004, 2007, 2011, a criação da Lei Maria da Penha, em 2006, e do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, em 2007, aprovação do casamento homoafetivo pelo Supremo Tribunal Federal e da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das empregadas domésticas, em 2013.

se relacionam de modo mais pessoal, sutil e velado, uma vez que valores, que dizem respeito à chamada família tradicional, concretizam e reafirmam o papel da mulher em relação ao marido e aos filhos. Isso pode ser visualizado quando mulheres recebem tratamento distinto durante as atividades profissionais, como em reuniões, nas quais, muitas vezes, são interrompidas por homens que tentam explicar algo que elas já sabem.

Atualmente, o patriarcado se constitui como um modelo de organização social que tem como princípios as hierarquias de subordinação das mulheres em relação aos homens e dos jovens para com os homens mais velhos (MATOS; PARADIS, 2014). De acordo com Drumont (1980, p. 81), o machismo é “um sistema de representações simbólicas que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher”. A cultura machista, enquanto categoria que não está somente relacionada ao masculino, por ser uma ferramenta ideológica, também é reforçada pelas próprias mulheres que reproduzem discursos ou atitudes machistas. Segundo Saffioti (2001), na estrutura patriarcal de gênero, os agentes sociais subalternos proporcionam a apurada operação da máquina desse sistema. Nesse sentido, o machismo é entendido também como mecanismo simbólico que orienta e determina as identidades sociais de gênero, haja vista que elas são construídas socialmente dentro de espaços que trazem consigo elementos patriarcais.

Para Bourdieu (2012), a divisão entre o que seria o masculino e o feminino se dá no plano real por meio do *habitus* apreendido pelos agentes. Nesse sentido, a dominação masculina é incorporada sem a necessidade de explicações, uma vez que ela se apresenta como um fator neutro. Para Bourdieu, essas concepções são incorporadas através do *habitus*, que pode ser entendido como “um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo”

(BOURDIEU, 1996, p. 144). Dessa forma, não há como entender o fenômeno do machismo apenas agenciado por homens, situados em uma visão binária, uma vez que as mulheres se situam como agentes que, de forma dinâmica e histórica, reproduzem elementos do machismo. Estamos em uma sociedade em que certas pautas femininas avançam e outras retrocedem, havendo perda de espaços até então conquistados.

3. O antifeminismo e aceitação do feminino

As mulheres que são contra as lutas feministas podem ser entendidas a partir de uma ótica moral, a qual mostra valores intrínsecos de uma estrutura desigual e hierárquica das relações de gênero. Nesse sentido, tais mulheres não associam o feminismo a movimentos de liberdade e de emancipação feminina, haja vista que foram educadas para aceitarem papéis subalternos na sociedade.

Segundo Sarti (2001), no começo, ser feminista tinha um sentido depreciativo. Para a direita, o feminismo era um movimento imoral, conseqüentemente danoso. Para a esquerda, e para vários homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, o feminismo tinha um significado antifeminino. Analogamente, a ideia pejorativa do símbolo feminista se atrelou aos movimentos antifeministas, como, por exemplo, o caso das mulheres pró-Bolsonaro. A ideia de que o Partido dos Trabalhadores (PT) está diretamente associado às ditas “feminazis marxistas” intensificou o sentimento negativo em relação ao próprio partido e a aversão aos direitos básicos das mulheres brasileiras.

A crítica antifeminista revela uma tentativa de resguardar os valores da chamada “família tradicional”, a qual visualiza as feministas como uma ameaça e não como “mulheres de verdade”. Para as “bolsonarianas”, o feminismo evidencia um imaginário de que as “feminazis” são apelativas e vitimistas, uma vez que, por exemplo, as demandas por melhores salários e um amplo acesso às

oportunidades em seus postos de trabalho mostram que as feministas estão tentando levar vantagem sobre o homem, pois, para elas, mulheres e homens possuem os mesmos direitos e são iguais perante a lei. Nesse sentido, para as mulheres pró-Bolsonaro, a prerrogativa da meritocracia serve de base para o pensamento sobre gênero, negando, assim, o caráter sócio-histórico-cultural de tal tema. Portanto, o discurso antifeminista apela para um princípio meritocrático para reafirmar uma posição subordinada das mulheres na sociedade como consequências de suas próprias escolhas (MIGUEL; BIROLI, 2013).

4. Representações femininas no governo Bolsonaro e a feminilidade

As representações femininas no governo Bolsonaro, como as que são propagadas por Damares Alves, constituem-se como uma expressão institucionalizada do machismo no Brasil, uma vez que as narrativas sexistas alicerçam boa parte das tomadas de decisões atribuídas ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. É válido salientar que embora Damares se mostre como uma representação feminina no campo político, suas implicações vão para além disso, perpassando uma estrutura muito mais complexa e sistêmica das relações de gênero.

Percebe-se que Damares foi encarregada de exercer atividades ministeriais que são “naturalmente” destinadas às mulheres, como a família e assuntos que são remetidos à feminilidade e à proteção da casa, dos filhos e de si. Portanto, ao nomear Damares como aquela que é apta para exercer tal cargo no referido ministério, o então presidente evidenciava que “dar espaço à representação política feminina seria dar voz, nas discussões públicas, a uma outra sensibilidade, que hoje permanece circunscrita à esfera doméstica” (BIROLI, 2009, p. 68). Ao averiguar quem ocupava os cargos ministeriais do governo Bolsonaro, nota-se uma discrepância entre o número de mulheres e homens. Em uma lógica binária, o governo Bolsonaro refletia os papéis de gênero.

Não há como entender as representações femininas do governo Bolsonaro sem compreender a representação simbólica da então primeira-dama do país, Michelle Bolsonaro, uma vez que ela era a figura feminina máxima associada ao presidente da República. A primeira-dama do país indicava uma forte representação para mulheres que baseiam suas práticas e ideais em torno de um conservadorismo permeado por uma aparente afirmação de poder nos espaços públicos. A função social que Michelle Bolsonaro revela para aquelas adeptas ao bolsonarismo corresponde a um ideário de “mulher” pautado nas performances de feminilidade, corroborando uma oposição marcadamente limitada entre as categorias do masculino e do feminino. Nesse sentido, a naturalização das expressões femininas pode ser compreendida a partir de um pressuposto moral cristão, o qual idealiza a mulher virtuosa que preza por seus valores e princípios que a dignificam.

Tal simbologia atribuída à mulher é reforçada por discursos que constroem uma representação identitária. Esta última carrega consigo fatores complexos da constituição do sujeito, como aspectos social, cultural e ideológico (FERREIRA, 2010). Tal tríade pode ser exemplificada na figura de Michelle Bolsonaro, haja vista que sua função social dizia respeito ao seu próprio cargo como primeira-dama, reforçando sua importância pública. Em relação ao elemento cultural, a simbologia de Michele enquanto mulher atribui um poder ao feminino. Esse último elemento, por sua vez, faz com que se estabeleçam valores ideológicos que reforçam sua atuação enquanto mulher sociopolítica, mostrando a singularidade feminina ao campo político.

5. Explicação do voto feminino pró-Bolsonaro: conservadorismo de gênero

A construção binária dos gêneros fundamentada em uma perspectiva essencialmente biológica alicerça boa parte da compreensão sobre as atribuições das performances

femininas e masculinas. Segundo Butler (2014), um discurso limitante sobre gênero que persiste com a ideia de um binarismo para compreender o gênero realiza uma operação que regula o poder, naturaliza o âmbito hegemônico e retira a chance de refletir sobre sua ruptura. De acordo com essa visão binária, as características psicológicas, comportamentais e sociais são advindas da própria natureza humana. Nesse sentido, a crença na relação intrínseca entre sexo e gênero possibilita a permanência de estruturas de pensamento conservadoras sobre as identidades.

O pressuposto de que o sexo biológico define o gênero pode ser entendido como uma determinação biológica e, portanto, natural, como parte fundante das práticas sociais. A literatura que evidencia esses argumentos pressupõe que o comportamento humano não é apenas fruto de um agrupamento genético, mas também de uma interação com o meio (BUSS, 2007). Nessa perspectiva, os homens mostram características de dominação quando desenvolveram adaptações evolutivas para resolver o problema da paternidade. O ciúme, por exemplo, é um mecanismo ativado biologicamente pelo sujeito masculino quando ele percebe sinais de infidelidade sexual (BUSS, 2007). Mesmo com estudos pós-estruturalistas, que problematizam a ideia da conversão do sexo em gênero, como em Butler (2003), os argumentos que encontram base na biologia são utilizados para praticar e reafirmar atitudes consideradas machistas como, por exemplo, agressão contra mulheres.

Partindo disso, é possível compreender como está baseado o pensamento feminino pró-Bolsonaro, uma vez que se entende que o gênero não tem correspondência apenas à cultura, já que ele também é um intermédio discursivo e cultural pelo qual a “natureza sexuada” é construída e estabelecida como “pré-discursiva”, ou seja, antecedente à cultura (BUTLER, 2003). Contudo, é importante salientar que, no pensamento feminino bolsonarista, o gênero não é produzido apenas pelo discurso, mas também pela fundamentação biológica apoiada em uma proposição religiosa, sobretudo cristã.

Pode-se compreender que as mulheres bolsonaristas percebem como desviantes aqueles e aquelas que não mantêm sua identidade “natural”, uma vez que a designação biológica é o ponto de partida para a questão do gênero. Segundo Saffioti (1987, p. 10), “é próprio da espécie humana elaborar socialmente fenômenos naturais. Por esta razão é tão difícil, senão impossível, separar a natureza daquilo em que ela foi transformada pelos processos socioculturais. A natureza traz crescentemente a marca da intervenção humana, sobretudo nas sociedades de tecnologia altamente sofisticada. Há, portanto, ao longo da história, uma humanização da natureza, uma domesticação da natureza por parte do ser humano.” Com isso, há uma diferenciação de funções em relação ao gênero que delimita as expectativas do “feminino” e do “masculino”.

Almeida (2017) reconhece uma questão metodológica sobre o conceito de conservadorismo, uma vez que o autor se pergunta a qual plano de tal formulação se refere. Assim, Almeida (2017) mostra que determinadas pautas, como a pena de morte e a eutanásia, podem não ser boas para medir o conservadorismo dos evangélicos, pois eles têm o argumento teológico sobre a condenação da violação da vida concedida por Deus. O presente estudo sobre as mulheres bolsonaristas tem como enfoque o conservadorismo em relação ao gênero, uma vez que essa comparação é percebida fortemente na autodenominação das mulheres bolsonaristas ao se considerarem como femininas, e não como feministas. Sobre a relação entre religião cristã e conservadorismo, Almeida (2017) afirma que os discursos mais constantes daqueles considerados religiosos conservadores, católicos e evangélicos se referem à necessidade do controle dos avanços do secularismo nos comportamentos e nos valores. Tendo como uma de suas características uma força social reguladora, a chamada onda conservadora, com a pauta de moralidade e de costumes, mostra um contexto em que a religião, que antes aparentava estar no plano privado, age na esfera pública, especialmente em normas através de leis ou de costumes (ALMEIDA, 2019).

Nesse sentido, o que se observa é que os avanços referentes à conquista de direitos das mulheres, a partir de uma óptica conservadora religiosa, são entendidos como parte de um quadro contrário aos princípios cristãos, sendo necessário retroceder as mudanças recentes de modo a restaurar uma ordem moral. A atribuição de significados a esse modo de vida, que se estrutura a partir de uma lógica binária, se traduz em práticas orientadas por uma cosmovisão religiosa cristã, a qual aceita como norma o que se reconhece por sexo biológico. Portanto, “a família nuclear, heterossexual e baseada em uma subordinação ‘benigna’ das mulheres se torna o núcleo da experiência religiosa de grandes setores evangélicos. Esse tipo de construção do cosmos sagrado evangélico das últimas décadas é a base para o desenvolvimento de predisposições contrárias às mudanças sociais e culturais que possam afetar a família tradicional-patriarcal” (VILLAZÓN, 2015, p. 173).

Segundo Minayo (2005, p. 23-24), “na visão arraigada no patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material: é o ‘impensado’ e o ‘naturalizado’ dos valores tradicionais de gênero”. Por conseguinte, as atividades relacionadas, por exemplo, à manutenção financeira da família bem como aquelas que envolvem maior capacidade de raciocínio e de dominação estão direcionadas ao homem. Por outro lado, as ocupações que dizem respeito ao cuidado do lar e dos filhos são cabíveis à mulher, haja vista que características biológicas, como a capacidade de gerar vida, evidenciam que o corpo feminino possui uma predisposição ao cuidado materno. Dessa forma, entende-se que o público eleitor feminino pró-Bolsonaro visualiza como uma ameaça quando as funções biológicas, e, portanto, naturais, não se convertem essencialmente em funções sociais. Assim, tal fenômeno pode ser entendido como uma ameaça única, imprecisa, de insubordinação aos arranjos presentes na família que são visualizados como intrínsecos, de gênese divina e fundamentais à continuidade da vida social (MIGUEL, 2016).

Além disso, percebe-se que a questão do aborto é vista pelas mulheres bolsonaristas não somente como um sentido político, mas como um princípio fundamental do ser humano que se refere à preservação e defesa do direito à vida. Nesse sentido, a vida é entendida não como um preceito passível de discussão política, mas sim como um valor universal que deveria ser defendido por todos, independente de classe, raça, gênero e credo. Assim, a concepção sobre a vida diz respeito também às razões morais, que por sua vez são fundamentadas em um argumento religioso cristão que compreende o feto com um humanitarismo intransigente (BEAUVOIR, 1967), indicando que a proibição do aborto seria inegociável.

Nessa perspectiva, a defesa do aborto é vista também como uma divergência aos princípios naturais biológicos femininos, uma vez que a interrupção de uma gravidez indicaria uma negação da sua própria identidade no que se refere à maternidade. Outrossim, o debate sobre aborto diz respeito também à construção de um ideário familiar heteronormativo, uma vez que o término voluntário da gravidez impossibilitaria a construção de um projeto de família baseado na lógica binária, ou seja, aquela que teria como base a presença de um pai e uma mãe que por sua vez representariam, respectivamente, a figura de uma autoridade masculina e feminina. Nessa perspectiva, preservar a vida em sua mínima unidade biológica, como o feto, seria manter o plano ideal de uma família brasileira tradicional que defende os valores morais com o objetivo de manter a ordem social, sobretudo no que se refere ao gênero.

6. Reacionarismos

Hirschamn (1992) nos mostra três tipos de ondas reacionárias que podem servir como interpretação para a reação conservadora. A primeira delas é a tese da perversidade, que evidencia o rumo contrário que a sociedade toma ao defender mudanças positivas para a sociedade no âmbito político, econômico e social. A segunda se refere à tese da futilidade, a qual mostra que, apesar das mudanças

ocorridas em uma dada sociedade, tais modificações são ilusórias, não mudando de fato, as estruturas. Por fim, a tese da ameaça diz respeito aos riscos que toda mudança implica, como seus custos, por exemplo, muito presente nas políticas contrárias ao Estado de bem-estar social.

Para Norris e Inglehart (2019), nas sociedades pós-industriais, há uma ascensão gradual de valores pós-materialistas no que diz respeito à livre escolha individual e à autoexpressão. O pós-materialismo expressa a mudança de uma prioridade que se atrelava à manutenção física e segurança para uma ênfase centrada em pertencimento, autoexpressão e qualidade de vida (INGLEHART, 1990). Tal contexto mostra uma mudança de valores e de comportamentos, que revelou um maior movimento em temas como diversidade sexual e igualdade de gênero. Para Norris e Inglehart (2019), os conservadores expõem uma reação autoritária diante desse processo de mudança cultural, uma vez que eles percebem que seus valores estão sendo ameaçados. Os dados do World Values Surveys (WVS) de 2006 foram utilizados por Ribeiro e Borba (2010) para compor um índice de materialismo/pós-materialismo entre países nos anos 1991-2008.⁴ Em uma escala de 0 a 6, na qual 0 representa uma posição extremamente materialista e 5 uma posição radical do pós-materialismo, o Brasil apresenta um percentual de 8,7% no nível 4, em 1997, e 9,7% nesse mesmo nível em 2006. Já no nível 5, o país apresenta 2,8%, em 1997, e 2,5% em 2006, enquanto, para França e Inglaterra, esses percentuais situados no nível 4, em 2006, são de 18,3% e 13,6%, respectivamente. Já para o nível 5, tais valores são de 7,6% e 4,6%, para França e Inglaterra, respectivamente (RIBEIRO; BORBA, 2010).

Dessa forma, o que se observa é que, no Brasil, os valores pós-materialistas não estão consolidados, quando comparados às sociedades pós-industriais do Norte Global. Contudo, é válido analisar os impactos

individuais desses valores pelas populações sobre diversas dimensões de atitudes e comportamentos políticos (RIBEIRO, BORBA, 2010). No Brasil, os avanços em relação aos direitos das mulheres, ainda que tímidos, representam o resultado de uma luta árdua pela conquista de direitos. Porém, tal processo é acompanhado por características que se aproximam do efeito *backlash* teorizado por Norris e Inglehart (2019), embora saibamos que o contexto cultural de pós-materialismo não tenha se tornado hegemônico no país.

Para exemplificar, podemos pensar sobre o aumento de candidaturas femininas nas eleições municipais, a recente tipificação do Feminicídio, a Lei nº 14.192/21, que institui a violência política contra a mulher como um crime, entre outras medidas. Contudo, notamos também avanços de políticas conservadoras no que se refere ao gênero, como a exigência do consentimento do marido para inserir o Dispositivo Intrauterino (DIU), o Projeto de Lei nº 5435/20, que institui o Estatuto da Gestante e reconhece a vida da criança desde sua concepção e auxilia financeiramente as mães que foram vítimas de violência sexual. Sabendo que o direito ao aborto legal é assegurado às mulheres em situações de violência sexual ou de risco às suas vidas, tal pauta conservadora contraria esse direito e encontra espaço entre os parlamentares para que novos projetos sejam aprovados no que tange à limitação de direitos das mulheres. Ademais, a mulher é vista como uma mera reprodutora, aquela que concebe a vida, uma vez que o bebê é visto como um capital humano em desenvolvimento, negando, assim, a violência sexual, moral, física e psicológica que essa mulher enfrentou quando foi vítima do estupro. Na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, observamos discursos proferidos por homens, usando expressões como “descontrolada” e “nervosa” ao se referirem às senadoras quando essas se pronunciavam, além de interrupção de falas femininas,

⁴ Os autores Ribeiro e Borba (2010) seguiram a formulação do índice de materialismo/pós-materialismo proposto por Inglehart na obra *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

como foi o caso do ex-ministro da Saúde, Pazuello, ao atrapalhar os pronunciamentos da ex-senadora Simone Tebet (MDB-MS). Também notamos adjetivos relacionados ao gênero no período do golpe da ex-presidenta Dilma, no qual ela era atacada moral e sexualmente na mídia e nas redes sociais.

Diante do exposto, o presente trabalho se concentra em responder à problemática referente às práticas machistas, mobilizadas em torno da figura de Jair Bolsonaro, que são acionadas pelas próprias mulheres. Têm-se a hipótese de que as mulheres bolsonaristas são antiaborto, antifeministas, contrárias à educação sexual e à chamada ideologia de gênero. Além disso, é esperado que o conservadorismo em relação ao gênero se constitua como uma forte motivação ao voto feminino bolsonarista.

Para buscar testar tais hipóteses, aplicamos um questionário *online*, através da plataforma Google Forms. Usamos indicadores e construímos índices, por exemplo, índice de conservadorismo de gênero e de machismo, a fim de cruzá-los com o voto feminino em 2018. Também realizamos análises de regressão para saber se o voto feminino em Bolsonaro no primeiro turno pode ser explicado pelo conservadorismo de gênero e como esse último pode ser explicado por outras variáveis, como idade, escolaridade, cor, renda, frequência à igreja e religiosidade (indicada pela importância atribuída à Bíblia).

7. Dados e Resultados

O questionário foi feito através da plataforma Google Forms e foram elaboradas 60 questões, que abrangiam diversos temas, como participação política, sistema partidário, eleições, meios de comunicação, educação sexual, ideologia de gênero, entre outros. Devido à pandemia de covid-19, não foi possível aplicar

o questionário presencialmente. Nesse sentido, o questionário foi divulgado nas redes sociais por iniciativa dos integrantes da pesquisa. É válido ressaltar que os respondentes não possuem uma baixa escolaridade, haja vista que o questionário online é lido pelo próprio respondente. Assim, não houve um controle da amostra e ela não pode ser considerada aleatória.

Foram respondidos 394 questionários, porém foram eliminados do banco de dados 7 questionários duplicados, 6 cujos respondentes tinha menos de 16 anos e 2 por não indicarem o sexo “Masculino” ou “Feminino”. Do total de 379 questionários restantes, 191 foram respondidos por mulheres entre os dias 26 de agosto e 21 de setembro de 2020. Os dados foram tratados estatisticamente através do software R. As análises foram feitas considerando somente o primeiro turno das eleições de 2018, uma vez que se entende que nesse período eleitoral há maior expressividade do bolsonarismo. Como o antipetismo foi consideravelmente grande nas eleições, o segundo turno abrigaria pessoas que não necessariamente compactuam com a ideologia bolsonarista, mas que acreditam que o Partido dos Trabalhadores fora o principal responsável pela corrupção e pela crise institucional, e, portanto, seria a última opção de voto eleitoral.

Na Figura 1, percebemos que, em nossa amostra, em consonância com diversas pesquisas eleitorais divulgadas nos noticiários, proporcionalmente, os homens, mais do que as mulheres, votaram em Bolsonaro no primeiro turno, o contrário do que ocorre com o seu principal candidato adversário, Fernando Haddad.⁵ Como foi dito no início do trabalho, apesar de sabermos que o público eleitor de Bolsonaro foi majoritariamente masculino, entendemos ser necessário explicar como mulheres são adeptas à ideologia bolsonarista, uma vez que há uma parcela considerável desse público.

5 A figura é um gráfico mosaico e a área dos retângulos é proporcional ao número de respondentes. As cores (tons de cinza) não têm nenhum significado especial e são empregadas apenas para facilitar a visualização das relações entre as variáveis.

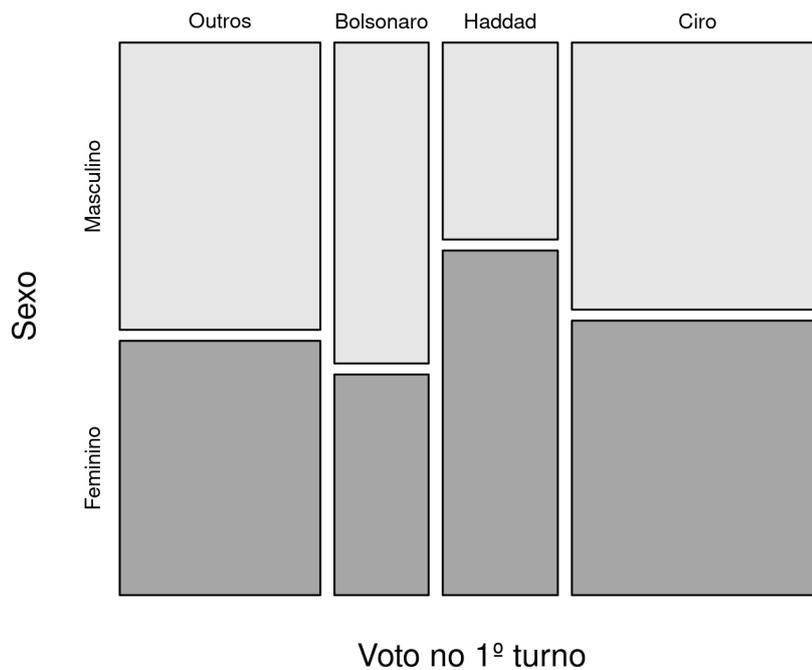


Figura 1: Relação sexo e voto no primeiro turno.

Nas próximas figuras, usando apenas os dados das mulheres que responderam o questionário, verificamos a relação entre voto no primeiro turno e vários índices e indicadores de conservadorismo de gênero.

Na Figura 2, temos o cruzamento do índice de oposição ao aborto com o voto feminino. O índice foi construído a partir das seguintes perguntas: “Sobre o aborto, você acha que: 1) aborto vai contra os princípios de Deus; 2) Quem faz/incentiva o aborto é

assassino/a; 3) Se a mulher tivesse se prevenido, não precisaria pensar em abortar. Logo, ela deve arcar com as consequências; 4) O governo deveria se preocupar em primeiro lugar com a saúde da mulher que precisou realizar um aborto”. Percebe-se que as mulheres contrárias ao aborto apresentaram tendência a votar em Bolsonaro no primeiro turno. Nesta e nas próximas figuras, é particularmente notável que somente as bolsonaristas atingem os valores mais elevados dos diversos índices que indicam conservadorismo.

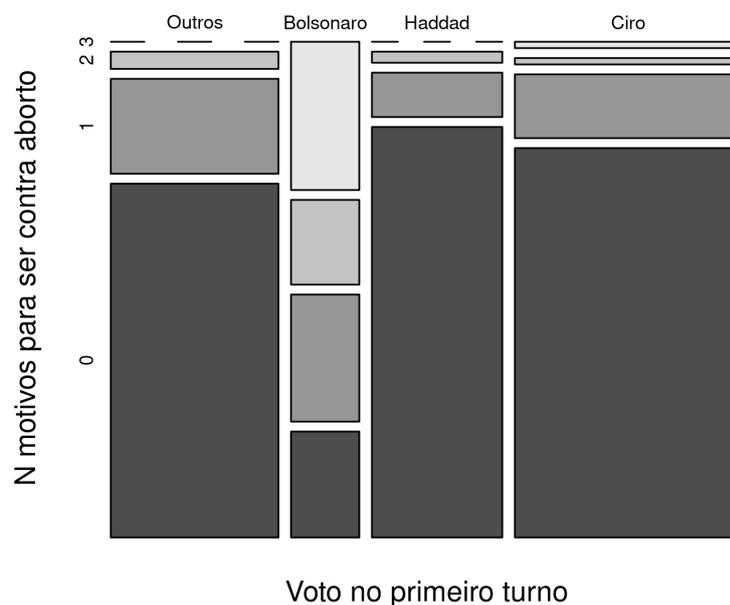


Figura 2: Índice de oposição ao aborto e voto feminino no primeiro turno.

Na Figura 3, temos o cruzamento entre o índice de antifeminismo e o voto feminino. A primeira questão utilizada para construir o índice foi: “Sobre o feminismo, você acha que o movimento é: 1) Muito importante; 2) Importante; 3) Desnecessário; 4) Prejudicial à sociedade”. As mulheres que marcaram, nessa questão, a opção “Desnecessário” ou “Prejudicial à sociedade” foram encaminhadas para a questão seguinte:

“Você acha que as feministas são: 1) Mulheres rebeldes que desobedecem Deus; 2) Mulheres sem higiene; 3) Mulheres que querem mais privilégios do que deveriam ter; 4) Mulheres que não se dão ao respeito; 5) Mulheres burras; 6) As mulheres já conquistaram todos os direitos, então, não há necessidade de o feminismo existir”. Aquelas que são mais antifeministas tendem a votar em Bolsonaro.

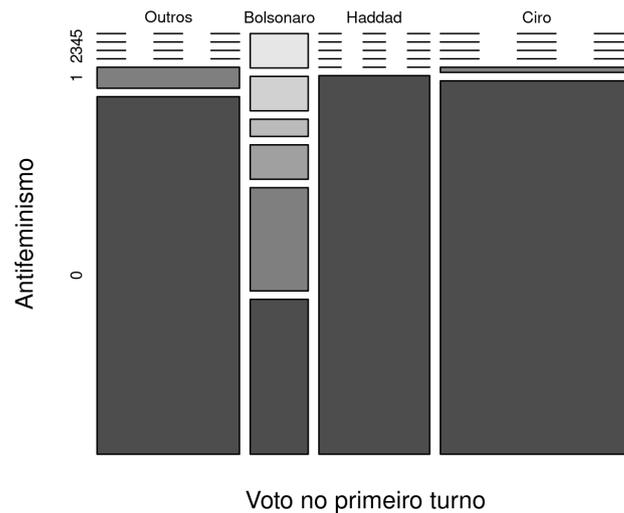


Figura 3: Índice de antifeminismo e voto feminino no primeiro turno.

Na Figura 4, temos o cruzamento entre o índice de contrariedade à educação sexual e o voto feminino. Tal relação foi construída a partir da seguinte questão: “Sobre o tema ‘educação sexual nas escolas’, você é: 1) Contra; 2) A favor; 3) Não conhece o tema”. Aquelas que responderam “Contra” foram encaminhadas à seguinte pergunta: “Marque os motivos pelos quais você é contra: 1) O tema

expõe os alunos a um assunto que não condiz com a idade; 2) O tema instiga os alunos a iniciarem sua vida sexual muito cedo; 3) O tema induz os alunos à homossexualidade”. Além disso, os respondentes tiveram a opção de responderem em aberto de modo a comentar livremente sobre a questão. As mulheres que são mais contrárias à educação sexual tendem a votar em Bolsonaro.

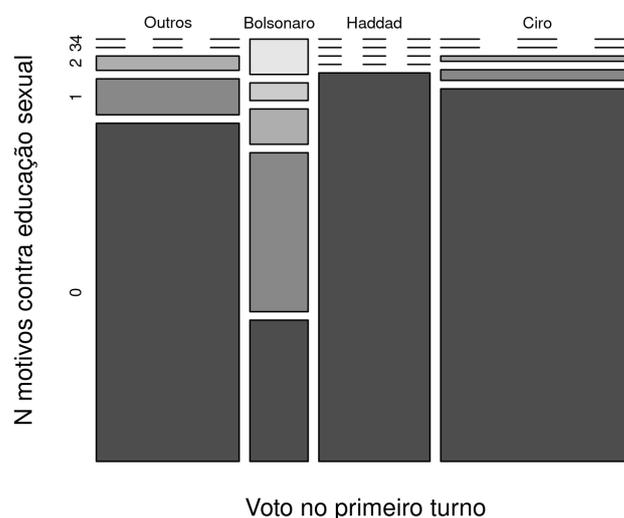


Figura 4: Índice de contrariedade à educação sexual o voto feminino no primeiro turno.

Na Figura 5, temos o cruzamento entre o índice de contrariedade à chamada ideologia de gênero e o voto feminino no primeiro turno. Tal relação foi construída a partir da seguinte questão: “Você conhece o tema ‘ideologia de gênero’? 1) Sim; 2) Não”. Aquelas que marcaram a opção “Sim” foram encaminhadas à seguinte pergunta: “Sobre o tema ‘ideologia de gênero’, você acha que: 1) O tema deve ser combatido nas

escolas; 2) O tema induz à homossexualidade; 3) O tema possibilita o ataque à constituição das famílias; 4) É um tema importante de se debater”. Assim como no cruzamento entre o índice de contrariedade à educação e o voto feminino no primeiro turno (Figura 4), os respondentes poderiam responder abertamente sobre a questão. Aquelas que são mais contrárias à ideologia de gênero tendem a votar em Bolsonaro.

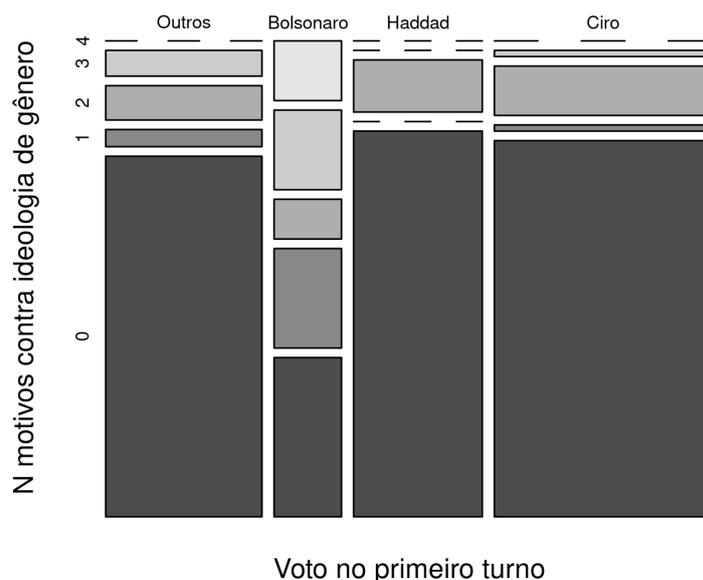


Figura 5: Índice de contrariedade à ideologia de gênero e voto feminino no primeiro turno.

Na Figura 6, temos o cruzamento da variável indicativa de transfobia e o voto feminino no primeiro turno. A variável foi feita a partir da seguinte questão: “Você concorda ou discorda que o governo deveria incentivar outras

empresas a contratarem pessoas transexuais e travestis? 1) Concordo; 2) Discordo”. Percebe-se que as mulheres que discordavam de práticas de contratação tendem a votar em Bolsonaro no primeiro turno.

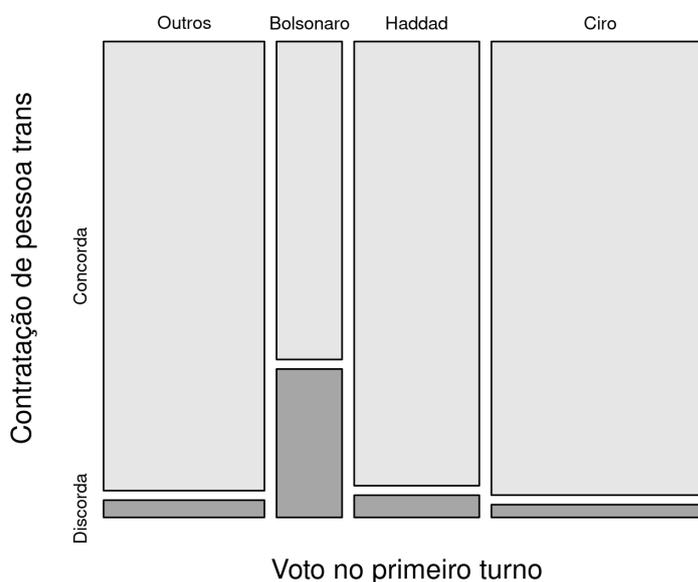


Figura 6: Incentivo às práticas de contratação de pessoas trans e o voto feminino no primeiro turno.

Na Figura 7, temos o cruzamento entre a variável indicativa das propagandas de casais homossexuais e o voto feminino no primeiro turno. A variável indicativa da contrariedade as tais propagandas foi feita a partir da seguinte pergunta: “Algumas empresas quando fazem propaganda dos seus produtos no dia dos namorados estão

mostrando casais do mesmo sexo, formados por dois homens ou por duas mulheres. Você acha que: 1) O Brasil está melhor assim; 2) O Brasil era melhor quando não existiam essas propagandas”. As mulheres que acham que o país está pior com tais propagandas tendem a votar em Bolsonaro no primeiro turno.

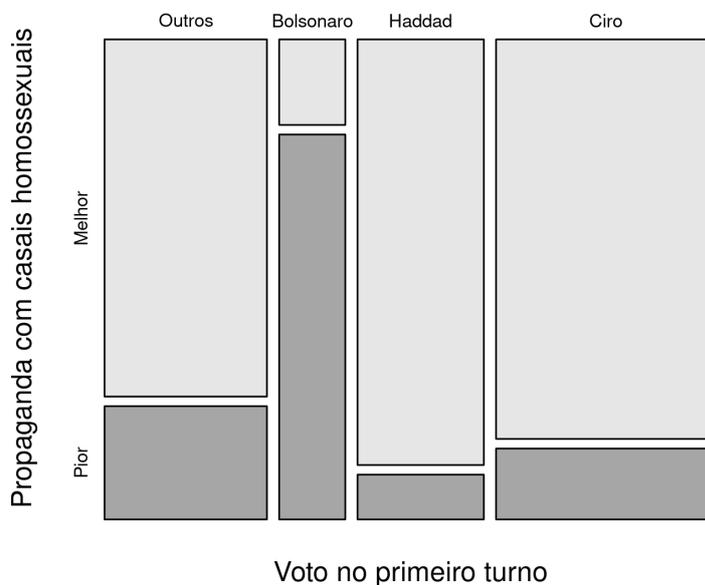


Figura 7: Propagandas de casais homossexuais e voto feminino no primeiro turno.

Na Figura 8, temos o cruzamento entre a variável indicativa de posicionamento favorável a políticas de incentivo à participação política das mulheres e o voto feminino no primeiro turno. Mais especificamente, a contrariedade à candidatura de mulheres através de cotas foi feita a partir

da seguinte questão: “A lei brasileira determina que, para cada partido, pelo menos 30% das candidaturas devem ser de mulheres. Você concorda ou discorda com esta lei? 1) Concordo; 2) Discordo”. Aquelas que discordaram de tal lei tendem a votar em Bolsonaro no primeiro turno.

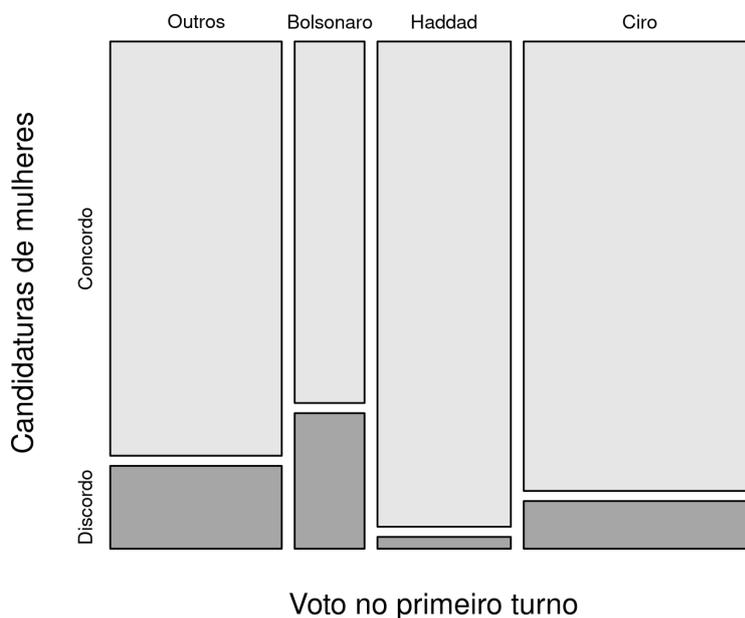


Figura 8: Cotas para mulheres e voto feminino no primeiro turno.

Até aqui, verificamos, separadamente, a relação entre o voto feminino no primeiro turno e diversas variáveis indicadoras de conservadorismo de gênero. Para concluir a análise de dados, construímos um índice abrangente de conservadorismo de gênero e verificamos sua relação com o voto em Bolsonaro no primeiro turno. O índice de conservadorismo de gênero foi construído a partir das seguintes variáveis: achar que o tema da educação sexual nas escolas não condiz com a idade; acreditar que esse tema instiga os alunos a iniciarem sua vida sexual muito cedo e que induz à homossexualidade; pensar

que quando um homem realiza atividades domésticas está fazendo além da sua obrigação, pois essas atividades são responsabilidades das mulheres; achar que o movimento feminista é prejudicial; discordar de práticas de contratação para pessoas trans, tendo como exemplo a empresa Carrefour⁶; acreditar que o país era melhor sem propagandas de casais homossexuais; e, discordar das cotas voltadas às mulheres na política. Tais variáveis foram escolhidas por apresentarem carga fatorial superior a 0,4 na Análise de Componentes Principais (PC1), como podemos observar na Tabela 1.

Tabela 1 - Análise de Componentes principais

Variável	PC1
Assunto que não condiz com a idade	0,714
Instiga vida sexual muito cedo	0,614
O tema induz os alunos à homossexualidade	0,645
Atividades domésticas	0,199
Feminismo é prejudicial	0,706
Carrefour contratar pessoas trans	0,668
Governo incentivar contratação de pessoas trans	0,694
Propaganda com casais homossexuais	0,676
Candidaturas de mulheres	0,523

Fonte: Elaboração própria.

⁶ A partir de 2021, a empresa Carrefour implantou ações que objetivam a contratação de pessoas trans.

Na Figura 9, percebemos na relação entre sexo e conservadorismo de gênero que os homens tendem a ser mais conservadores em relação ao gênero.

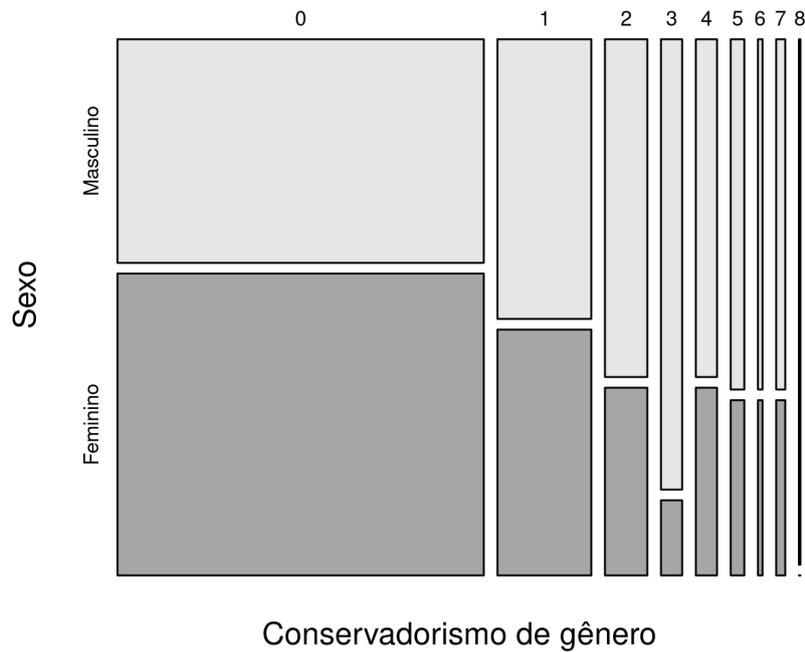


Figura 9: Relação entre o conservadorismo de gênero e sexo.

Na Figura 10, podemos ver o resultado de uma análise de regressão logística que tem como variável dependente o voto feminino em Bolsonaro no primeiro turno e como variável independente o conservadorismo de gênero. Como variáveis de controle, adicionamos ao modelo idade, escolaridade, cor branca, renda familiar, frequência à Igreja

Católica e Evangélica e opinião de que a Bíblia é importante. Percebe-se que ser conservadora em relação ao gênero se constitui como forte explicação ao voto bolsonarista, tendo o maior efeito significativo e positivo e a maior significância estatística. Outra variável explicativa é a idade (mulheres mais idosas tendem a votar em Bolsonaro).

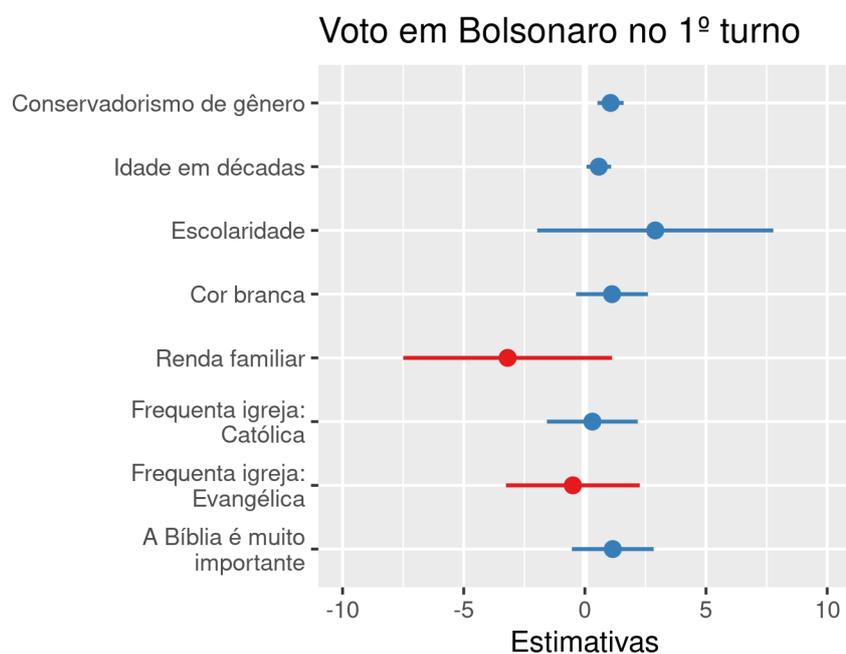


Figura 10: Regressão com variável dependente voto feminino em Bolsonaro no primeiro turno.

Na Figura 11, temos o resultado de uma análise de regressão linear tendo o conservadorismo de gênero como variável dependente. Nota-se que a variável da frequência à igreja Evangélica é a mais forte e estatisticamente significativa. A segunda variável mais

influente e significativa se refere a acreditar que a Bíblia é muito importante. Além disso, ser mais idosa também teve efeito positivo sobre o conservadorismo de gênero. As demais variáveis não foram estatisticamente significativas.

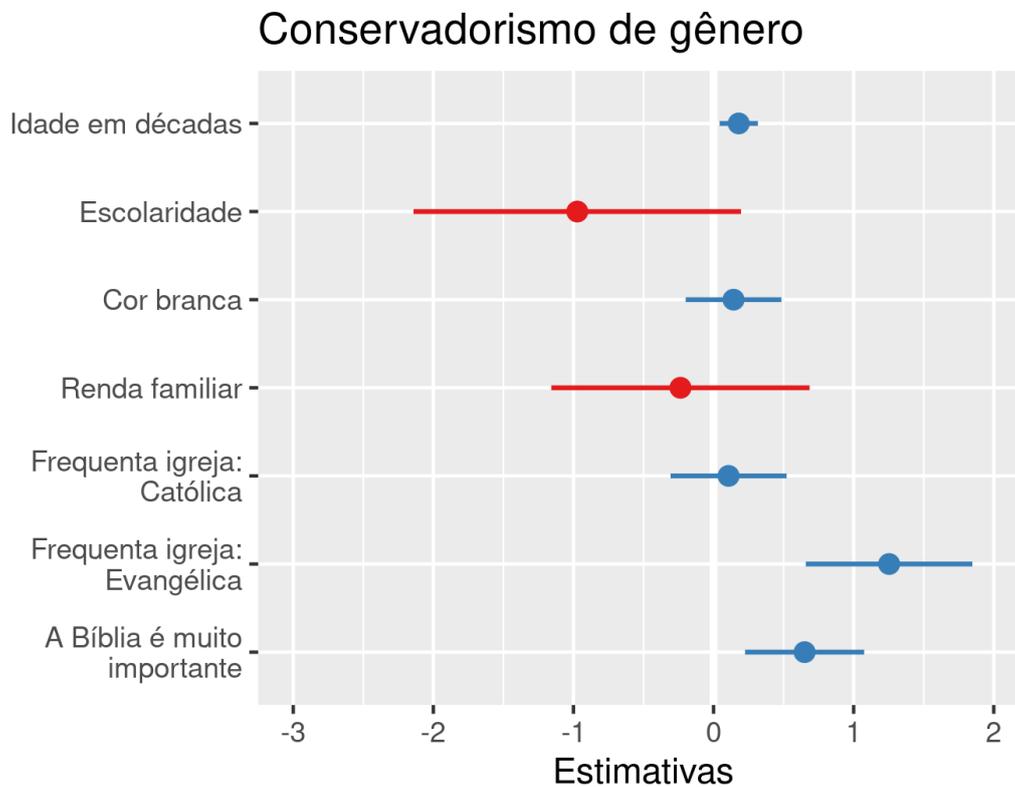


Figura 11: Regressão com variável dependente conservadorismo de gênero.

8. Conclusão

Apesar de a amostra não ser representativa da população brasileira, por não ter sido aleatória, os resultados foram úteis na busca de explicações para o bolsonarismo feminino. Em análises bivariadas, cada um dos índices e demais variáveis interpretáveis como indicadores de conservadorismo de gênero se mostraram preditores do voto feminino em Bolsonaro no primeiro turno. A hipótese inicial de que as mulheres bolsonaristas são contrárias ao aborto, ao feminismo, à chamada ideologia de gênero e à educação sexual foi corroborada. Nesse sentido, nossa explicação para tal fenômeno é de que a reprodução, consciente ou inconsciente, do machismo por mulheres nos diversos âmbitos da vida social, como nas instituições públicas e na vida privada, ocorre de forma criativa, dinâmica e histórica. A compreensão dessa não

correspondência entre sexo e gênero pode ser visualizada, por exemplo, naquilo que é definido como “ideologia de gênero”, a qual reforça mecanismos que combatem o avanço de políticas que dizem respeito à conquista de direitos femininos e da população LGBTQIA+, como os direitos reprodutivos e a criminalização da homofobia.

Mesmo controlado por outras variáveis, o índice abrangente de conservadorismo de gênero se confirmou como uma variável fortemente significativa para a explicação do voto feminino em Bolsonaro. O conservadorismo, por sua vez, é explicado, principalmente, pela religiosidade: são mais conservadoras as eleitoras evangélicas e as que consideram a Bíblia como muito importante. Os resultados mostram que o conservadorismo em relação ao gênero, evidenciado pela defesa de valores morais cristãos,

forma a base do voto feminino bolsonarista. Através de um discurso fundamentalista religioso, o debate sobre gênero, sobretudo no campo público, é percebido como um desordenamento social que deveria ser contido ao máximo. Portanto, o discurso que traz à tona a defesa da família, a preservação de valores e dos princípios cristãos, a exemplo do tema da ideologia de gênero, possibilita que haja uma adesão popular que identifica o Estado e aqueles que compactuam com a “inversão de valores” como adversários que devem ser combatidos.

Nossos dados permitem estabelecer uma clara relação entre religiosidade e conservadorismo e entre conservadorismo e voto feminino em Bolsonaro no primeiro turno das eleições de 2018, mas não são suficientes para uma compreensão profunda do pensamento conservador.

A literatura revisada indica que conservadores em relação a gênero acreditam que homens e mulheres são destinados a desempenharem papéis diferentes na sociedade, cabendo ao homem trabalhar fora de casa e prover o sustento da família e à mulher gestar e cuidar dos filhos e do lar. Uma organização social diferente seria contrária à natureza e aos desígnios de Deus.

Há outras lacunas mais específicas deixadas pela pesquisa. Precisamos, por exemplo, explicar porque achar que o homem faz mais que o necessário ao realizar atividades domésticas e acreditar que o movimento feminista é desnecessário, que estavam previstas teoricamente, não variaram em conjunto com as demais variáveis indicadoras de conservadorismo de gênero. Mas, para esclarecer essas e outras questões, precisamos de dados não coletados em nosso questionário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Bruna Soares de; PEREIRA, Matheus Ribeiro. (2019), “O antifeminismo como backlash nos discursos do governo Bolsonaro”, *Agenda Política*, vol. 7, no. 3: 8-35.
- ALMEIDA, Ronaldo de. (2017), “A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo”, *Cadernos Pagu*, no. 50.
- ALMEIDA, Ronaldo de. (2019), “Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira”, *Novos Estudos*, vol. 38, no. 1: 185-213.
- BACHI, Lilian Regina Gobbi. (2020), “O processo de identificação da mulher com o discurso político de Jair Bolsonaro no Facebook”, *Revista Interdisciplinar em Estudos de Linguagem*, vol. 2, no. 2.
- BEAUVOIR, Simone de. (1967), *O segundo sexo: experiência vivida*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro.
- BIROLI, Flávia. (2009), “Mídia e representação feminina: hipóteses de pesquisa”, *Opinião Pública*, vol. 15, no. 1: 55-81.
- BIROLI, Flávia. (2018), *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo, Boitempo.
- BOURDIEU, Pierre. (2012), *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, Pierre. (1996), *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo, Papirus.
- BUSS, David Michael. (2007), *Evolutionary Psychology: The New Science of the Mind*. The University of Texas at Austin, Pearson Education.
- BUTLER, Judith. (2003), *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- BUTLER, Judith. (2014), “Regulações de gênero”, *Cadernos Pagu*, no. 42: 249–274.
- CHAISE, Maria Joana Chiodelli; FREITAS, Ernani Cesar de. (2019), “Percurso Interpretativo: a circulação midiática de enunciados destacados de Bolsonaro e a construção do discurso machista e autoritário”, *Signum: Estudos da Linguagem*, vol. 22, no. 3: 10–28.
- DRUMONT, Mary Pimentel. (1980), “Elementos para uma análise do machismo”, *Perspectivas*, vol. 3, 81–85.
- FERREIRA, Dina Maria Martins. (2010), “Feminilidade e “Feminilidade”: Identidades Femininas”, *Revista Intercâmbio*, vol. 21, 1-16.
-

FREIXO, Adriano de; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. (2019), “Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso”, in A. Freixo; R. Pinheiro-Machado (org.), *Brasil em transe: Bolsonaro, Nova direita e Desdemocratização*, Rio de Janeiro, Oficina Raquel.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Pesquisa Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado 2010*. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/publicacao/pesquisa-mulheres-brasileiras-e-genero-nos-espacos-publico-e-privado-2010/>>. Acesso em: 13 agosto 2021.

HIRSCHMAN, Albert Otto. (1992), *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo, Companhia das Letras.

INGLEHART, R. (1990), *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton, Princeton University Press.

KARCZESKI, Louise Lima. *Mulheres em des(associação): um estudo antropológico sobre os mecanismos de formação das bolhas pró e contra Bolsonaro no facebook*. TCC (Bacharel em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 107, 2018.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. (2014), “Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro”, *Cadernos pagu*, no. 43: 57-118.

MIGUEL, Luis Felipe. (2016), “Da ‘doutrinação marxista’ à ‘ideologia de gênero’ - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro”, *Revista Direito e Práxis*, vol. 7, no. 15: 590-621.

MIGUEL, Luis Felipe. (2001), “Política de interesses, política do desvelo: representação e ‘singularidade feminina’”, *Revista Estudos Feministas*, vol. 9, no. 1: 253–267.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (2013), “Teoria política feminista, hoje”, in L. Miguel; F. Biroli (org.), *Teoria política feminista: textos centrais*, Vinhedo, Editora Horizonte.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (2005), “Laços perigosos entre machismo e violência”, *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 10, 23–26.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. (2019), *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. Cambridge, Cambridge University Press.

OLIVEIRA, I.; ALVES, A. K. ; PALUDETTI, F. ; PINHEIRO, W. ; AZARIAS, W. ; MELO, G. *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*. Disponível em: <<https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>>. Acesso em: 06 janeiro 2021.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. (2019), *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo, Planeta do Brasil.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. (2010), “Participação e pós-materialismo na América Latina”, *Opinião Pública*, vol. 16, no. 1: 28–63.

ROCHA, João Cezar de Castro. (2021), *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia, Editora e Livraria Caminhos.

SAFFIOTI, Heleieth. (1987), *O poder do macho*. São Paulo, Moderna.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. (2001), “Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero”, *Cadernos Pagu*, no. 16: 115–136.

SARTI, Cynthia A. (2001), “Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro”, *Cadernos Pagu*, no. 16: 31–48.

SCHWINN, Simone Andrea; FUNCK, Luana Elisa. “Meninos vestem azul, meninas vestem rosa”: como os estereótipos de gênero podem contribuir com a manutenção da desigualdade entre mulheres e homens, *in* Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, XVI., 2019, Santa Cruz do Sul. Anais... Santa Cruz do Sul, Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea: Edunisc, 2019.

VILLAZÓN, Julio Córdova. Camila. (2015), “Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político”, *in* S. Cruz; A. Kaysel; G. Cudas (org.), *Direita, volver!/: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.